

PROCURAÇÃO “AD JUDÍCIA – ET EXTRA”

OUTORGANTE (S): CARLOS ALBERTO PINTO TEIXEIRA, brasileiro, empresário, RG 03774940-5 emitido pelo Detran-RJ, inscrito no CPF nº 495.696.277-00, residente na R CAPITAO FELIX, 110, BENFICA, e-mail cteixeira110@gmail.com.

OUTORGADOS:

Alcir Moreno da Cruz, brasileiro, divorciado, Advogado inscrito na **OAB/RJ nº 235058**; membro do **MORENO ADVOCACIA** com escritório na **Rua da Assembleia, nº 10, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Cep.: 22290.030**, onde recebe informações e notificações - Endereço eletrônico: contato@alcirmorenoadvocacia.com.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o Advogado acima descrito, para o fim de agir judicialmente e extrajudicialmente, na forma prevista no art. 105 do CPC/2015, promovendo quaisquer medidas judiciais ou administrativas necessárias à garantia dos direitos e interesses do outorgante, propondo em favor do mesmo as ações que julgar convenientes, perante qualquer juízo, instância ou tribunal (Estadual ou Federal) e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até a final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, assim como, requerer providências administrativas em Órgãos Públicos, Universidades, Ministérios, Secretarias de Governo, Departamentos de Polícia, Delegacias, Organizações Militares (Estaduais ou Federal), para o que lhe confere os poderes da cláusula “Ad judicium” e “Ad judicium et extra” para praticar, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga, ainda, os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, receber bens, coisas ou importâncias objeto da lide e lhes dar quitadas, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes.(Em conformidade com a norma do art. 105 do CPC/2015).

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2022.

CARLOS ALBERTO PINTO TEIXEIRA

CPF 495.696.277-00

**ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO**

C TEIXEIRA 110 COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP EEP (CNPJ-03.279.529/0001-84), , e-mail cteixeira110@gmail.com, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.279.529/0001-84, com sede na RUA CAPITAO FELIX, 110, BENFICA, na cidade de Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, cujo proprietário CARLOS ALBERTO PINTO TEIXEIRA, RG 03774940-5 emitido pelo Detran-RJ, inscrito no CPF nº 495.696.277-00, por seu advogado infra-assinado, vem, **tempestivamente, com fulcro no artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002, interpor **Recurso Administrativo** em face da decisão que possibilitou a habilitação, no **PREGÃO ELETRÔNICO 015/2022/SEM**, da sociedade empresária **C M DISTRIBUIDORA, SERVICOS E LOCACOES EIRELI (cnpj 26.725.081/0001-80 -)** no item 6 (**AZEITE EXTRA VIRGEM**) pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.**

Requer o processamento do presente recurso, com sua remessa à autoridade superior, para que proceda ao seu julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2022.

ALCIR MORENO DA CRUZ

OAB/RJ 235058

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM PREGÃO ELETRÔNICO

Ref. Pregão Eletrônico nº: 015/2022/SEM

**Recorrente: C TEIXEIRA 110 COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP EEP
(CNPJ- 03.279.529/0001-84).**

**Ilustríssima sra. Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de
Educação do Município de Cabo Frio**

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do Ilmo. Pregoeiro, o recorrente apresenta as razões pelas quais, no caso, sua decisão foi equivocada, merecendo o devido reparo.

I – PREMILIMINARMENTE

Cumpra esclarecer, inicialmente, que o recorrente manifestou sua intenção de recorrer ao final da sessão de classificação e habilitação no dia **17/08/2022**, conforme se depreende da respectiva ata, cumprindo o que prevê o art. 4º, inc. XVIII da Lei nº 10.520/2002.

II – DOS FATOS:

Na fase de lances, a licitante **C M DISTRIBUIDORA, SERVICOS E LOCACOES EIRELI (cnpj 26.725.081/0001-80 -)** no item 6 (**AZEITE EXTRA VIRGEM**).

Quando apresentou sua proposta de preço, a licitante informou a marca “QUINTA DA BEIRA” para esse item.

Ocorre que após a fase de lances, no momento da habilitação, quando toda a documentação já havia sido enviada, a sua marca foi rejeitada pela Administração por não atender as especificações do edital.

Todavia o pregoeiro lhe deu a oportunidade de alterar a marca indicada inicialmente com o seguinte fundamento:

Solicitamos que a empresa CM apresente a especificação técnica do azeite VALE D'OLIVA informada no item 6. Informamos que caso a empresa não apresente a especificação técnica que permita a aferição da adequabilidade da proposta dentro do prazo aberto a empresa será inabilitada neste item.

III - DO DIREITO

Sra. Secretária, o edital previa que a as licitantes apresentassem nos documentos de HABILITAÇÃO uma proposta SIGILOSA contendo (8.1):

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca;

8.1.3. Fabricante;

8.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso; (grifamos)

Assim, **até a abertura da sessão pública**, os licitantes poderiam retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema (7.8).

Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o Pregoeiro obrigatoriamente deveria DESCLASSIFICAR a licitante, é o que diz o 9.3.

Preconiza ainda o edital, muito bem escrito por sinal, o seguinte:

9.34. Encerrada a negociação o(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo no mínimo de 1(uma) hora, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a

negociação realizada, e se necessário, **acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles** exigidos neste Edital e **já apresentados**. (grifamos)

Exa, esse item 9.34, esclarece que os documentos complementares servem para CONFIRMAR AQUELES JÁ APRESENTADOS! Portanto o edital deixa claro que há uma cadeia de procedimentos coerentes e vinculantes.

O item 10.2 (3) é de uma clareza solar:

10.2. Será **desclassificada** a proposta ou o lance vencedor, que:

10.2.3. **Não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;**

O item 10.4 traz uma advertência fulminante, Sra. Secretária:

10.4. **Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais**, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

Ora, Exa, mudar a marca neste momento, sob qualquer pretexto, é justamente alterar o teor da proposta. Ainda que a Administração corra o risco de pagar um preço mais alto, o que não é certo em razão de possível negociação, há que se respeitar as regras do edital.

A empresa **C M DISTRIBUIDORA, SERVICOS E LOCACOES EIRELI (cnpj 26.725.081/0001-80)** no item 6 (**AZEITE EXTRA VIRGEM**) a marca **“QUINTA DA BEIRA”** que não atendeu às especificações do edital e depois os alterou para a marca **“VALE D´ OLIVA”**.

A mudança de marca não é uma hipótese de erro formal citado no item 10.5 e forçará a apresentação de documento novo, peremptoriamente vedado pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

Cumpra trazer à lume o Decreto 10.024/2019 que prescreve:

Art. 17. **Caberá ao pregoeiro**, em especial:

(...)III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

(...)VI - sanear erros ou falhas **que não alterem a substância das propostas**, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

Ora, Exa, mudar a marcar, no momento do Julgamento, não é outra senão alterar a substância das propostas.

Quando a Administração faz a licitação, ela estabelece o valor máximo aceitável. Qualquer percentual abaixo daquele valor será “mais vantajoso” financeiramente. O que se pode perder é um pouco de “vantagem” financeira, mas que estará sempre dentro do limite que a própria administração aceitou.

Tratamos aqui, de defender a regra do jogo, o princípio da juridicidade: o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa não pode fazer tábula rasa do princípio da vinculação ao edital.

É nesse sentido que defendemos a reforma da decisão adotada pelo pregoeiro por ausência de previsão editalícia.

IV – DO PEDIDO

Postos todos os fundamentos acima, pleiteia-se, respeitosamente, a V. Exa. que seja, por fim, julgado procedente este recurso, **REFORMANDO-SE A DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA SOCIEDADE C M DISTRIBUIDORA, SERVICOS E LOCACOES EIRELI (cnpj 26.725.081/0001-80) no item 6 (AZEITE EXTRA VIRGEM) por ter apresentado inicialmente uma marca em desacordo com as especificações** do edital do presente pregão eletrônico, para:

que o PREGOEIRO reconsidere sua decisão, e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93,

comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2022.

ALCIR MORENO DA Assinado de forma digital por
ALCIR MORENO DA
CRUZ:0247897779 CRUZ:02478977796

6

Dados: 2022.08.22 02:15:42
-03'00'
ALCIR MORENO DA CRUZ

OAB/RJ 235058

**ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO**

C TEIXEIRA 110 COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP EEP (CNPJ-03.279.529/0001-84), , e-mail cteixeira110@gmail.com, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.279.529/0001-84, com sede na RUA CAPITAO FELIX, 110, BENFICA, na cidade de Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, cujo proprietário CARLOS ALBERTO PINTO TEIXEIRA, RG 03774940-5 emitido pelo Detran-RJ, inscrito no CPF nº 495.696.277-00, por seu advogado infra-assinado, vem, **tempestivamente, com fulcro no artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002, interpor **Recurso Administrativo** em face da decisão que possibilitou a habilitação, no **PREGÃO ELETRÔNICO 015/2022/SEM**, da sociedade empresária **PROMIX COMERCIAL LTDA** no item **36 (POLPA DE FRUTA SABOR AÇAÍ)** pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.**

Requer o processamento do presente recurso, com sua remessa à autoridade superior, para que proceda ao seu julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2022.

ALCIR MORENO DA CRUZ

OAB/RJ 235058

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM PREGÃO ELETRÔNICO

Ref. Pregão Eletrônico nº: 015/2022/SEM

Recorrente: C TEIXEIRA 110 COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP EEP (CNPJ- 03.279.529/0001-84).

Ilustríssima sra. Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Cabo Frio

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do Ilmo. Pregoeiro, o recorrente apresenta as razões pelas quais, no caso, sua decisão foi equivocada, merecendo o devido reparo.

I – PREMILIMINARMENTE

Cumprir esclarecer, inicialmente, que o recorrente manifestou sua intenção de recorrer ao final da sessão de classificação e habilitação no dia **17/08/2022**, conforme se depreende da respectiva ata, cumprindo o que prevê o art. 4º, inc. XVIII da Lei nº 10.520/2002.

II – DOS FATOS:

Na fase de lances, a licitante **PROMIX COMERCIAL LTDA** apresentou o menor preço para o item **36 (POLPA DE FRUTA SABOR AÇAÍ)**. **Nessa oportunidade indicou a marca MAX POLP.**

O documento de registro do produto informa que ele foi **concedido em 19/9/96 e renovado em 15/5/2007**, quase 11 anos depois. Ocorre que, desde então, **não há registro de renovação do produto !**, vale dizer, **já se passaram 15 anos desde a última renovação.**

III – DO DIREITO

Sra. Secretária, o item **36 (POLPA DE FRUTA SABOR AÇAÍ)** trata-se de uma bebida, portanto seu registro é de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nos termos do Art. 2º da Lei 8.918/94.

Ocorre, Sra. Ordenadora, que o Decreto 6.871/09, o qual regulamenta a Lei 8.918/94, impõe que a renovação do registro deverá ocorrer a cada dez anos. Senão vejamos:

Os estabelecimentos previstos neste Regulamento deverão ser obrigatoriamente registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1o O registro do estabelecimento será válido em todo o território nacional e deverá ser **renovado a cada dez anos**. (grifamos)

Frise-se que a certificação apresentada pela **PROMIX COMERCIAL LTDA** sequer possui a padronização atual emitida pelo site do MAPA.

O registro dessa marca é tão antigo que pode não estar mais sendo produzido pela sociedade empresária Bana Industria e Comerc. Ltda na cidade de Silva Jardim (RJ). É preciso que inclusive se apure tal fato.

A questão não é trivial, Sra. Ordenadora, porque ao adquirir produto sem o devido registro, os alunos da cidade de Cabo Frio estarão sendo submetidos a um risco desnecessário.

IV – DO PEDIDO

Postos todos os fundamentos acima, pleiteia-se, respeitosamente, a V. Exa. que seja, por fim, julgado procedente este recurso, **REFORMANDO-SE A DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA PROMIX COMERCIAL LTDA para o item 36 (POLPA DE FRUTA SABOR AÇAÍ)** do presente pregão, para:

que o PREGOEIRO reconsidere sua decisão, e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2022.

ALCIR MORENO DA
CRUZ:02478977796

Assinado de forma digital por

ALCIR MORENO DA

CRUZ:02478977796

Dados: 2022.08.22 02:17:08 -03'00'

ALCIR MORENO DA CRUZ

OAB/RJ 235058

**ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO**

C TEIXEIRA 110 COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP EEP (CNPJ-03.279.529/0001-84), , e-mail cteixeira110@gmail.com, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.279.529/0001-84, com sede na RUA CAPITAO FELIX, 110, BENFICA, na cidade de Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, cujo proprietário CARLOS ALBERTO PINTO TEIXEIRA, RG 03774940-5 emitido pelo Detran-RJ, inscrito no CPF nº 495.696.277-00, por seu advogado infra-assinado, vem, **tempestivamente, com fulcro no artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002, interpor **Recurso Administrativo** em face da decisão que possibilitou a habilitação, no **PREGÃO ELETRÔNICO 015/2022/SEM**, da sociedade empresária **HORTO CENTRAL MARATAÍZES LTDA** os itens **37 e 38 (POLPAS DE FRUTA SABORES CAJU e GOIABA)** pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.**

Requer o processamento do presente recurso, com sua remessa à autoridade superior, para que proceda ao seu julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2022.

ALCIR MORENO DA CRUZ

OAB/RJ 235058

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM PREGÃO ELETRÔNICO

Ref. Pregão Eletrônico nº: 015/2022/SEM

**Recorrente: C TEIXEIRA 110 COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP EEP
(CNPJ- 03.279.529/0001-84).**

**Ilustríssima sra. Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de
Educação do Município de Cabo Frio**

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do Ilmo. Pregoeiro, o recorrente apresenta as razões pelas quais, no caso, sua decisão foi equivocada, merecendo o devido reparo.

I – PREMILIMINARMENTE

Cumpra esclarecer, inicialmente, que o recorrente manifestou sua intenção de recorrer ao final da sessão de classificação e habilitação no dia **17/08/2022**, conforme se depreende da respectiva ata, cumprindo o que prevê o art. 4º, inc. XVIII da Lei nº 10.520/2002.

II – DOS FATOS:

Na fase de lances, a licitante **HORTO CENTRAL MARATAÍZES LTDA** apresentou o menor preço para os itens **37 e 38 (POLPAS DE FRUTA SABORES CAJU e GOIABA)**.

Quando apresentou sua proposta de preço, a licitante informou a marca “Nature” para esses itens.

Ocorre que após a fase de lances, no momento da habilitação, quando toda a documentação já havia sido enviada, a sua marca foi rejeitada pela Administração por não atender as especificações do edital.

Todavia o pregoeiro lhe deu a oportunidade de alterar a marca indicada inicialmente com o seguinte fundamento:

HORTO CENTRAL. Para efetivação da habilitação, torna-se necessária a apresentação de especificações técnicas dos itens 37 a 41, para que o setor técnico competente tenha informações para parametrizar e avaliar se tais marcas estão em acordo a descrição solicitada

III - DO DIREITO

Sra. Secretária, o edital previa que a as licitantes apresentassem nos documentos de HABILITAÇÃO uma proposta SIGILOSA contendo (8.1):

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca;

8.1.3. Fabricante;

8.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso; (grifamos)

Assim, **até a abertura da sessão pública**, os licitantes poderiam retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema (7.8).

Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o Pregoeiro obrigatoriamente deveria DESCLASSIFICAR a licitante, é o que diz o 9.3.

Preconiza ainda o edital, muito bem escrito por sinal, o seguinte:

9.34. Encerrada a negociação o(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo no mínimo de 1(uma) hora, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, e se necessário, **acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à**

confirmação daqueles exigidos neste Edital e **já apresentados**.
(grifamos)

Exa, esse item 9.34, esclarece que os documentos complementares servem para CONFIRMAR AQUELES JÁ APRESENTADOS!

Portanto o edital deixa claro que há uma cadeia de procedimentos coerentes e vinculantes.

O item 10.2 (3) é de uma clareza solar:

10.2. Será **desclassificada** a proposta ou o lance vencedor, que:

10.2.3. **Não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;**

O item 10.4 traz uma advertência fulminante, Sra. Secretária:

10.4. **Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais**, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

Ora, Exa, mudar a marca neste momento, sob qualquer pretexto, é justamente alterar o teor da proposta. Ainda que a Administração corra o risco de pagar um preço mais alto, o que não é certo em razão de possível negociação, há que se respeitar as regras do edital.

A empresa **HORTO CENTRAL MARATAÍZES LTDA**, como afirmamos, apresentou para os itens **37 e 38 (POLPAS DE FRUTA SABORES CAJU e GOIABA) a marca "Nature"** que não atendeu às especificações do edital e depois os alterou para a marca **"Moxuara"** conforme fichas técnicas.

A mudança de marca não é uma hipótese de erro formal citado no item 10.5 e forçará a apresentação de documento novo, peremptoriamente vedado pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

Cumprido trazer à lume o Decreto 10.024/2019 que prescreve:

Art. 17. **Caberá ao pregoeiro**, em especial:

(...)III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

(...)VI - sanear erros ou falhas **que não alterem a substância das propostas**, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

Ora, Exa, mudar a marcar, no momento do Julgamento, não é outra senão alterar a substância das propostas.

Quando a Administração faz a licitação, ela estabelece o valor máximo aceitável. Qualquer percentual abaixo daquele valor será “mais vantajoso” financeiramente. O que se pode perder é um pouco de “vantagem” financeira, mas que estará sempre dentro do limite que a própria administração aceitou.

Tratamos aqui, de defender a regra do jogo, o princípio da juridicidade: o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa não pode fazer tábula rasa do princípio da vinculação ao edital.

É nesse sentido que defendemos a reforma da decisão adotada pelo pregoeiro por ausência de previsão editalícia.

IV – DO PEDIDO

Postos todos os fundamentos acima, pleiteia-se, respeitosamente, a V. Exa. que seja, por fim, julgado procedente este recurso, **REFORMANDO-SE A DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA SOCIEDADE HORTO CENTRAL MARATAÍZES LTDA para os itens 37 e 38 (POLPAS DE FRUTA SABORES CAJU e GOIABA) por ter apresentado inicialmente uma marca em desacordo com as especificações** do edital do presente pregão eletrônico, para:

que o PREGOEIRO reconsidere sua decisão, e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2022.

**ALCIR MORENO DA
CRUZ:02478977796**

Assinado de forma digital por
ALCIR MORENO DA

CRUZ:02478977796

Dados: 2022.08.22 02:07:33 -03'00'

ALCIR MORENO DA CRUZ

OAB/RJ 235058